

Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura nos Anos 70 e 80

Pedro Jacobi

A Emergência do Tema e sua análise: do Contexto do Capitalismo Avançado ao Capitalismo Periférico.

Nos últimos anos, têm se multiplicado os estudos em torno dos movimentos sociais urbanos, configurando-se um cenário de reflexão intelectual estimulante, polêmico e contraditório quanto à sua interpretação. A questão dos movimentos coletivos e seus impactos sintetizam a convergência de dois aspectos: por um lado, a dinâmica da ação estatal e, por outro, as bases e os fatores propulsores da ação coletiva numa determinada conjuntura.

Os problemas interpretativos concentram-se na heterogênea e complexa base social dos movimentos e no caráter assumido por estes na medida em que se constituem enquanto formas de mobilização que ocorrem fora dos espaços tradicionais de representação e na especificidade das suas demandas.

No Brasil e na América Latina a reflexão em torno do tema se inicia, porém, a partir da década de 70, onde a crescente visibilidade dos movimentos sociais urbanos coincidem com o avanço dos regimes autoritários em diversos países latino-americanos. Representa uma linha de continuidade em torno da temática iniciada pelos teóricos da marginalidade e da dependência, estudos que trouxeram à tona as especificidades do desenvolvimento latino-americano, desenvolvendo um novo quadro

teórico explicativo sobre o capitalismo periférico.

A discussão se estende ao longo da década dos 60, centrando-se na oposição entre as problemáticas da integração e da não-integração das populações de baixa renda nos processos capitalistas de produção e de participação política.

Vários trabalhos iniciam uma nova abordagem da questão, colocando a idéia de que os grupos marginais são um produto da própria dinâmica do sistema, e a discussão passa a centrar-se sobre a dinâmica da acumulação capitalista e suas implicações sobre a forma de exploração da força de trabalho.¹

Já no fim da década dos 60, esta questão passa a ser interpretada sob uma outra perspectiva: a politização dos problemas urbanos. A análise passa a focalizar as relações entre a ação do Estado e os movimentos sociais.

Esta mudança no enfoque da questão relaciona-se estreitamente ao significado que adquirem os movimentos de moradores na América Latina, os quais se transformam num campo extremamente rico de experiências de demandas populares, reivindicações de setores sociais que adquirem um interesse analítico apenas a partir deste período, porém com um longo passado de lutas atrás de si.

Esta abordagem possibilita recuperar historicamente as lutas das classes populares, assim como obter uma compreensão

mais adequada sobre a realidade analisada e sobre as práticas e estratégias políticas dos setores envolvidos.

Os trabalhos de Manuel Castells sobre os "Movimientos de Pobladores", realizados em conjunto com os pesquisadores do CIDU no Chile sobre os acampamentos de Santiago, assim como os trabalhos de Etienne Henry sobre as barriadas de Lima são uma das primeiras contribuições sobre a dinâmica dos movimentos sociais urbanos na América Latina.

A análise de Castells se estrutura, principalmente, em torno da problemática da luta de classes e sua inserção no processo político, onde os acampamentos refletem a exclusão gerada pela dinâmica predominante no processo de urbanização, a crise da moradia na conjuntura do governo da Unidade Popular e a ruptura com a prática predominante no governo da Democracia Cristã. Neste contexto a análise sobre a dimensão dos movimentos de *posladores* partia do pressuposto da sua articulação ao sistema de contradições sociais enquanto meio de promover as transformações sociais desejadas.²

Desde fins da década dos 60, na Espanha como em outros países europeus e latino-americanos, os conflitos urbanos e os movimentos de bairro vão adquirindo significado crescente, tanto pelos seus efeitos políticos e urbanos como pela sua generalização e continuidade.

Os estudos desenvolvidos a partir deste período sobre os movimentos sociais urbanos marcam uma quebra com a tradição anglo-saxônica dos estudos sobre participação, centrados no indivíduo e suas formas de associativismo. Muitos trabalhos, nesta perspectiva, são conduzidos visando estabelecer graus e formas de participação da população em diversos grupos associativos ou organizadores, sem uma definição precisa de suas funções e efeitos.

Numa perspectiva oposta, diversos autores começam a desenvolver estudos sobre a questão dos movimentos sociais, vendo a organização dos mesmos como um meio através do qual as contradições se manifestam e os efeitos são gerados.

Os trabalhos de Castells e Lojkin se configuram enquanto eixos condutores do paradigma em desenvolvimento, cuja análise estrutural com forte ênfase nos processos econômicos localiza no Estado e nas necessidades gerais do capitalismo monopolista o caráter novo das reivindicações urbanas.³

Os movimentos sociais urbanos são definidos por Castells, como "um sistema de práticas sociais contraditórias que colocam em questão a ordem estabelecida, a partir de contradições específicas da problemática urbana", onde esta se configura enquanto crise da cidade capitalista, gerando um crescente processo de politização do cotidiano, em decorrência da ação contraditória do Estado. Castells desenvolve uma análise dos movimentos procurando verificar as características com as quais se reveste a sua ação, enfatizando a sua relevância enquanto questionadores das ações do capital monopolista na organização do espaço e da vida urbana.⁴ No capitalismo monopolista avançado, Castells enfatiza o caráter policlassista da maioria dos movimentos. Abordando diversas experiências e destacando dentre estas a espanhola,⁵ Castells caracteriza estes movimentos como resultantes de conjunturas nas quais amplos setores da população, que não necessariamente têm a mesma inserção na classe operária tradicional na divisão social do trabalho, se unem e articulam visando a defesa de um espaço social ameaçado pela expansão desenfreada da especulação imobiliária e a conivência e burocratismo da administração municipal.

Em trabalho recente, Castells afirma que a crescente emergência de conflitos sociais em torno de políticas urbanas e os embriões de novas formas de protesto urbano no início da década dos 70, determinam uma dinâmica de reflexão que coloca os movimentos sociais como fatores de transformação, a partir da importância que estes assumem no processo de democratização na Espanha (Castells, 1983).

No Brasil, os estudos sobre movimentos sociais urbanos têm se pautado por explicitarem argumentos controversos em torno do seu papel no contexto da sociedade, oscilando entre a ênfase no seu caráter político, enquanto agentes de transformação, e a explicitação de suas limitações políticas.

Defrontamo-nos, assim, com análises diferenciadas face ao fenômeno da eclosão dos diferentes movimentos sociais urbanos, que conquistam uma crescente visibilidade no rígido quadro do regime autoritário. A dimensão analítica destes trabalhos se apóia na idéia das contradições urbanas como fator indutor das reivindicações populares.

Os textos aos quais os investigadores brasileiros recorrem — Castells, Borja, Lojkin e outros — desenvolvem um conjunto de trabalhos dentro do contexto da So-

ciologia Urbana, numa perspectiva marxista, a partir da categoria "Movimentos Sociais Urbanos". Seus esforços de investigação sistematizam um conjunto de experiências que dão origem à definição dos movimentos sociais urbanos e que servem de referência àqueles que, preocupados com a mesma temática, carecem de instrumental analítico adequado para o entendimento destas manifestações políticas na sua relação com o movimento geral da sociedade.⁶

A estes autores europeus corresponde o maior avanço na discussão das questões sobre o urbano e os movimentos sociais, sendo notória a sua influência na reflexão teórica desenvolvida no Brasil e na América Latina a partir de meados da década de 70.

No Brasil a temática dos movimentos sociais urbanos se funda, basicamente, em torno de um paradigma de pesquisas centrado na questão do papel do Estado face à acumulação monopolista e às contradições urbanas — demandas decorrentes das carências de meios de consumo coletivo (Moisés, 1982; Jacobi, 1980; Machado da Silva e Ribeiro, 1985; Kowarick, 1987).

O universo pesquisado abrange desde os movimentos mais organizados até as práticas mais espontâneas, dos movimentos reivindicatórios por equipamentos de consumo coletivo aos quebra-quebras e saques. Os temas de investigação têm focalizado, principalmente, os efeitos gerados pelo processo de periferação das classes populares a partir da década dos 40.

Nos estudos realizados no Brasil, José Alvaro Moisés desenvolve um trabalho inovador a partir da sua reflexão em torno da emergência de mobilizações das classes populares urbanas associadas à problemática urbana.

A ênfase do seu trabalho é na análise dos movimentos deflagrados pelas classes populares, através de ações levadas a efeito por organismos elementares de representação de amplos setores da população. A partir do estudo de movimentos autônomos, cuja principal reivindicação era criar novas unidades políticas que deveriam ser controladas pelos setores populares, Moisés se concentra nas experiências de protesto urbano que surgiam em alguns bairros periféricos — distritos dormitórios — do Município de São Paulo em meados dos anos 50 e começo da década dos 60, enfatizando o caráter da prática política das classes populares urbanas, colocando questões pouco estudadas sobre as orga-

nizações de bairros, recuperando a sua dimensão histórica.⁷

A produção teórica em torno da questão dos movimentos sociais urbanos tem resultado essencialmente numa produção empírica, e as principais críticas a estes trabalhos referem-se ao seu espectro limitado.⁸

Grande parte da produção se baseia em estudos de caso centrados em diversas metrópoles brasileiras, notadamente no eixo São Paulo-Rio de Janeiro, onde existe sólida base empírica além de diversos movimentos urbanos, sendo importante ressaltar o crescimento, nos últimos anos, da produção em Minas Gerais, Nordeste e Região Sul do país,⁹ sendo poucos os trabalhos que desenvolvem pesquisa de tipo comparativo.¹⁰

Alguns pesquisadores têm questionado a pertinência da utilização de um marco teórico baseado, principalmente, em trabalhos de autores cuja base analítica é o contexto do capitalismo avançado, na medida em que assentados sobre contradições que são universais no interior do sistema capitalista, existem diferenças históricas tolerantes na abordagem da problemática urbana em contextos sociais diferenciados.¹¹

Diversos autores realizam uma transposição do instrumental sem as mediações necessárias. Assim, as contradições urbanas são vistas como um fator propulsor dos movimentos sociais, lançando as classes populares numa relação antagônica com o Estado. Esta noção é principalmente desenvolvida por Moisés (1982), e seguida pela maioria dos pesquisadores do tema, e apenas recentemente tem sido questionada.

Ocorre, então, que "conceitos são retirados de seu espaço teórico próprio e utilizados para objetivos distintos do original" (Machado da Silva, 1986), provocando um verdadeiro deslocamento conceitual.

Como apontam alguns autores, a noção de contradições urbanas, que resulta de características próprias da questão estatal no capitalismo monopolista, foi apropriada e utilizada na análise de movimentos reivindicatórios sem que tivesse havido uma reflexão mais específica em torno do caráter assumido pelo Estado no Brasil.¹² Entretanto, esta argumentação em torno da transposição acrítica do marco teórico requer, a nosso ver, uma avaliação mais precisa. Se a noção de contradições urbanas representa uma interpretação com forte

conteúdo economicista, o problema não está na sua transposição acrítica, mas nos pressupostos nos quais se baseia.

Ao falar de contradições urbanas estamos nos referindo ao pressuposto que parte de fatores objetivos que desencadeiam a emergência de lutas sociais, ignorando a existência de outras práticas. Entretanto, o que se verifica é que a existência das contradições urbanas não representa necessariamente a emergência de mobilizações populares. Assim, a relação entre carência/exclusão de benefícios urbanos com a emergência de lutas reivindicatórias não pode ser estabelecida de forma mecânica, mas permeada por mediações que nos permitam estabelecer elos entre a vivência/percepção e ação propriamente dita.

Por outro lado, embora devam ser marcadas as diferenças com o contexto dos países capitalistas avançados, não se pode desconsiderar o fato de que a maioria dos movimentos urbanos na América Latina, e especificamente no Brasil, traduzem uma luta pela redistribuição dos meios de consumo coletivo. Tendo como base social uma população proletária ou proletarizada, estes movimentos têm como horizonte de ação reivindicações vinculadas à melhoria das condições de vida. Em sua grande maioria, os movimentos sociais urbanos estão relacionados com a deterioração e a precariedade das condições reprodutivas, em suas dimensões cotidianas. Portanto, a ênfase na questão da crise urbana pertinente aos países capitalistas avançados não é adequada para explicar a realidade latino-americana que se configura enquanto uma característica endêmica das metrópoles.¹³

O Questionamento do Paradigma Centrado na Não-Institucionalização

Da análise dos trabalhos, depreende-se que a maior parte dos mesmos tem relativizado o caráter específico das funções do Estado e suas transformações, enfatizando-se a dinâmica antagônica dos movimentos urbanos face ao Estado, cujo resultado é concebido "como a diluição de um pela interferência vitoriosa do outro" (Machado da Silva e Ribeiro, 1985). Como decorrência, as análises privilegiam o caráter autoritário e coercitivo do Estado, e a partir deste marco conceitual se estabelece uma relação quase que inevitável entre regime autoritário/modelo econômico excludente/

contradições urbanas/movimentos sociais urbanos.

Estes estudos, conforme já foi ressaltado tanto no Brasil como na América Latina, são fruto de uma conjuntura política bastante específica, na medida em que coincidem com o avanço do autoritarismo em diversos países, a saber: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Peru. Nesta conjuntura de repressão, as mobilizações coletivas localizadas e específicas, tradicionalmente consideradas irrelevantes, assumem dimensão e visibilidade consideradas como "práticas novas", tanto pelo seu formato organizacional como pelo seu potencial político.

A produção brasileira privilegia o aspecto "novo" destas manifestações, principalmente o caráter assumido pelas novas práticas de reivindicação, participação e auto-organização das classes populares, além dos estudos sobre associativismo popular, como uma das possíveis manifestações de movimentos coletivos.

A ênfase centra-se, então, numa denúncia do autoritarismo de Estado e no contexto político repressivo, onde os movimentos emergentes representam "novas alternativas" em relação a outros, que existiram no passado, determinando uma ruptura com os esquemas tradicionais, pautados pelo clientelismo (Jacobi e Nunes, 1982).

Nesta perspectiva, a maioria dos estudos se polariza em torno da contraposição movimento social X sistema institucional, onde o aparelho de Estado é caracterizado enquanto uma figura monolítica e relativamente opaca (Machado da Silva e Ribeiro, 1985).

Em torno desta questão têm surgido as principais críticas, destacando-se o questionamento do reducionismo aplicado nas análises. Renato Boschi discute o caráter destes movimentos a partir de uma crítica veemente ao paradigma teórico predominante. Segundo este:

"(...) a referida literatura ou dá como susposto ou simplesmente ignora a análise dos movimentos sociais precisamente naquilo em que os mesmos apresentam de problemático: os efeitos político-institucionais da ação coletiva". (Boschi, 1983: 5).

As análises centrando-se na ação do movimento e superdimensionando as suas práticas inovadoras, reduzem o escopo analítico. De acordo com o mesmo autor,

“Os nexos com o aparelho do Estado, a um tempo como gênese dos movimentos e como sua razão de ser no sentido de abertura de espaços de representação política, são sistematicamente descartados como um quadro dentro do qual a transformação política pudesse ser pensada teórica ou praticamente, ainda que a omissão do Estado na área de políticas públicas vitais seja unanimemente apontada nos estudos como alvo direto da atuação dos movimentos, isto é, o Estado visto como ‘condensador’ das contradições que favorecem a emergência do protesto ou da reivindicação, e ainda que o insatisfatório desenvolvimento conceitual neste particular seja apontado em vários trabalhos”. (Boschi, 1983: 6).

De acordo com Boschi, os trabalhos desenvolvidos deixam um vazio quanto aos nexos entre a progressiva democratização das relações sociais e a possível institucionalização de tais ações no plano político.

Os movimentos sociais urbanos são interpretados e valorizados na maioria dos trabalhos, porque representam a presença dos excluídos “por sua espontaneidade e seu senso de justiça que garantem, ao mesmo tempo, sua independência das elites e dos partidos e a justeza de suas demandas decididas entre iguais”. (Cardoso, 1983:224). A participação popular passa a ser valorizada com um fim em si mesmo, expressando a emergência de atores políticos novos com um estilo de participação alternativa aos padrões institucionais existentes, mas que, de fato, pouca influência exercem na mudança efetiva dos objetivos da política governamental. Assim:

“a década dos 70, vendo a crise do autoritarismo e a ascensão do movimento popular e das organizações políticas de oposição, vai ser o tempo do elogio da boa sorte. Privilegia-se mais o que o Estado cede do que efetivamente controla. Põe-se mais atenção nos movimentos da sociedade civil pela democracia do que em suas ações e inércias em sentido contrário. É num clima de euforia que a descrição do Estado nas análises dos movimentos populares será realizada: uma caracterização um pouco pobre, definido apenas como o inimigo autoritário ou a mira contra a qual se movia a sociedade civil”. (Cardoso, 1983:220).

Estes autores (Cardoso, 1983; Boschi, 1983) observam que as transformações do aparelho de Estado, sua modernização, centralização e hiperdesenvolvimento se nublam diante da visão do pesquisador que interpreta a realidade enquanto uma dinâmica unilateral, não percebendo tratar-se de processos apreensíveis enquanto relações. Configura-se, nesta ótica, a reflexão em torno do caráter “para dentro” dos movimentos, “orientado para descobrir o significado que os movimentos têm para seus participantes em termos de formação de uma identidade e uma cultura comuns”. (Machado da Silva, 1986).

Ao se enfatizar que o Estado é simultaneamente o alvo e o unificador dos movimentos sociais, os estados desconsideram que as ações reivindicatórias têm limites bastante definidos que, geralmente, se esgotam no próprio aparelho do Estado. Assim,

“(...) frequentemente pelo próprio desacerto de determinadas políticas governamentais, é comum a visão do Estado, não como legitimamente o provedor de bens de consumo coletivo — tendo sido ouvidos os interesses populares — mas como agente externo cuja atuação é em princípio detrimental às camadas populares”. (Boschi e Valladares, 1983: 71).

As Bases Analíticas

Os movimentos sociais urbanos têm sido frequentemente analisados em termos bastantes genéricos. Diversos trabalhos têm estudado o caráter das manifestações coletivas relacionando-os com a base social envolvida e com o processo de dominação e/ou mudança social (Gohn, 1984; Silva Telles, 1986; Scherer-Warren, 1987).

A base social do movimento tem sido considerada como um fator relevante, pelo fato de definir o caráter progressista ou reacionário do movimento, assim como influencia a dinâmica da sua relação com as autoridades, efetividade e características da sua organização. Entretanto, a delimitação da base social dos movimentos é uma questão muito mais complexa e controversa do que aparenta ser.

Enquanto no contexto dos países capitalistas avançados os movimentos sociais urbanos se configuram enquanto movimentos multidimensionais²⁴ que, na articulação

dos distintos níveis sociais caracterizam o movimento cidadão como agente de mudanças,¹⁵ no contexto brasileiro poucos são os movimentos que mobilizaram ou mobilizam conjuntamente setores populares e setores médios, como foi o caso da Campanha pelas Eleições Diretas em 1984.

A maioria dos estudos confirma que a base social envolve fundamentalmente os setores populares — coletivo socialmente heterogêneo — e componentes da classe operária, aglutinados basicamente em torno de reivindicações vinculadas ao espaço de moradia e a reprodução da força de trabalho em torno das carências urbanas.¹⁶

Na sua grande maioria, os movimentos têm uma base urbana, levando em conta as diferenças e a heterogeneidade entre os mesmos, cuja grande novidade é a afirmação de formas específicas de participação que definem práticas sociais de atores sociais vinculados à problemática do bairro e da exclusão e segregação social, conferindo “estatuto teórico a movimentos que não encontram lugar nos referenciais tradicionais voltados para a análise da classe operária na fábrica — no sindicato — no partido” (Telles, 1987).

Diversos trabalhos têm analisado o tema do associativismo e da participação social, enfatizando o aspecto estrutural-organizativo das associações de favelas e de moradores, principalmente no Rio de Janeiro. Estes estudos têm apresentado informações que permitem avaliar o grau de representatividade nas associações de favelas e dos movimentos de moradores (Diniz, 1983; Valladares, 1976; Pechman, 1981; Oliveira, 1983; Machado da Silva, 1983). Os trabalhos analisam a questão da institucionalização das associações como canais permanentes de expressão das demandas populares, a possibilidade de se transformarem em canais alternativos a formatos institucionais vigentes e a representatividade das lideranças.

Deve-se ressaltar que estes estudos explicitam as diferenças entre as associações de moradores das classes populares, e aquelas de bairros de classe média, que apresentam inovações, procurando desenvolver novos padrões de interação social e desenvolvendo práticas mobilizadoras em torno da temática do meio ambiente e da qualidade de vida (Mainwaring e Viola, 1987; Boschi, 1986 e Pechman, 1983).

Entretanto, a análise dos movimentos sociais não se restringe apenas àqueles que

apresentam uma base nitidamente popular urbana, na medida em que os problemas decorrentes das transformações no modo de vida afetam não só a população mais pauperizada, mas também outros grupos sociais, gerando, por exemplo, o movimento ecologista (Viola, 1987), o movimento homossexual, o movimento negro, o movimento feminista (Blay, 1980). A heterogeneidade dos movimentos urbanos e sua constituição e articulação em torno de reivindicações coletivas diversificadas, que colocam em questão as concepções tradicionais, que relacionam os movimentos sociais às relações de classe, tem sido desenvolvida por diversos autores.

Trata-se de um enfoque que enfatiza o componente cultural, ressaltando a questão da criação de diversas identidades em torno da esfera do cotidiano, da qualidade de vida, além de conter uma forte ênfase nas práticas democráticas e participativas.¹⁷

Provavelmente, um dos fatores menos enfatizado refere-se à heterogeneidade dos movimentos populares urbanos e suas contradições internas, na medida em que isto coloca em xeque a noção dos movimentos como agentes de transformação. Refiro-me ao que Durham classifica como a dificuldade relacionada ao

“(...) fato desses movimentos não se enquadrarem nas expectativas que os estudiosos e militantes políticos haviam construído sobre a forma pela qual deveria ocorrer a transformação política da sociedade brasileira e sobre os instrumentos adequados para essa transformação”. (Durham, 1984:24).

Muitos destes movimentos na sua diversidade e heterogeneidade são considerados como “novos movimentos sociais” em termos da formação de uma identidade sócio-cultural, configurando a formação de uma nova política.¹⁸

Neste sentido, estas abordagens quebram as concepções dominantes em torno da emergência dos movimentos em relação direta com o nível de pauperização e precariedade das condições de vida nas metrópoles latino-americanas (Nunes, 1986).

Sob a noção de construção de uma nova cultura política de base ou da internacionalização de uma cultura crítica, diversos autores analisam as formas pelas quais estes novos movimentos configuram um rompimento com os esquemas populistas

do passado, criando formas comunitárias de participação direta das bases, como é o caso das Comunidades Eclesiais de Base e de diversos movimentos de bairro (Doimo, 1986; Krischke, 1986; Telles, 1986; Mainwaring, 1986).

As transformações pelas quais passa a Igreja representam objeto de pesquisa dos mais relevantes, destacando-se os aspectos relacionados com a complexidade e heterogeneidade da situação política e religiosa das classes populares urbanas através do enraizamento das comunidades de base no cotidiano popular, construindo espaços de articulação de diversos movimentos sociais nos períodos de maior repressão política, não só em São Paulo, mas no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Pernambuco, Bahia e Ceará, principalmente.

A maioria dos trabalhos mostra como a Igreja não só representa um espaço fundamental neste contexto, mas se torna parte do espaço social de organização popular sendo frequentemente o próprio suporte institucional do movimento. A cultura política então construída a partir deste suporte, representa um rompimento com as práticas dominantes, rejeitando as relações elitistas e hierarquizadas, valorizando a solidariedade na busca da formação de uma consciência coletiva. (Mainwaring e Viola, 1987; Krischke, 1986).

Nestas abordagens a experiência de igualdade emerge não só das práticas mas, principalmente, da percepção de carências e de direitos dos excluídos, que compõem uma coletividade de iguais, onde se valoriza a participação de todos e o reconhecimento de cada um como parte componente de um coletivo. A experiência de igualdade dos integrantes destes movimentos se realiza pela coletivização das experiências individuais e das suas representações.¹⁹

Frequentemente as análises têm minimizado o papel dos agentes externos que, orientados por motivações basicamente ideológicas, têm exercido influência significativa sobre a dinâmica dos movimentos. Em contraposição, existe uma tendência à sobrevalorização do caráter espontâneo da mobilização, que procura não subordinar seus fins aos das organizações políticas e torna muito difícil a institucionalização das relações com o Estado, comprometendo os próprios objetivos. Neste sentido, coloca-se a discussão em torno do caráter autônomo dos movimentos, colocando a questão da tensão permanente em torno da sua institucionalização e o seu papel na transformação das estruturas de dominação. São

poucos os trabalhos que estabelecem os limites entre estes atores sociais diferenciados e explicitam o papel destes enquanto assessores ou mediadores externos que contribuem qualitativamente para a consolidação das práticas de diversos movimentos sociais, embora frequentemente marcadas por contradições decorrentes de atividades vanguardistas dos mesmos (Jacobi, 1985; Santos, 1981; Scherer-Warren, 1986).

As interpretações que outorgam aos movimentos um papel transformador na estrutura societal mais abrangente, imprimindo uma visão "etapista" do papel dos movimentos sociais urbanos (Gohn, 1985), têm sido crescentemente questionadas na medida em que os fatos objetivos são indicativos de que as demandas dos movimentos não se voltam para a mudança radical do sistema social, mas se explicitam, basicamente, na defesa dos direitos mínimos da cidadania (Boschi e Valladares, 1983; Cardoso, 1983; Durham, 1984).

Os trabalhos dos autores brasileiros, ou superestimam a capacidade dos movimentos (ou "novos movimentos na formulação de contracriações culturais capazes de potencializar a criação de uma nova sociedade"), ou subestimam o seu potencial e ressaltam seus limites e seu precário raio de ação política.

Isto nos remete ao tema das contradições internas dos movimentos, por sinal pouco tratado nos estudos. Uma visão bastante homogênea predomina nas análises, sendo poucos os autores (Santos, 1981; Boschi, 1983; Jacobi, 1985), que analisam a diversidade nas formas de relacionamento entre as agências do Estado e os movimentos, assim como dos conflitos internos aos movimentos e do modo como se combinam práticas diversas, frequentemente escamoteados pela ênfase dos analistas na valorização da comunidade de interesse e nas práticas democráticas de base e numa certa homogeneização das mobilizações populares. Este fato tem limitado o escopo analítico, dificultando a análise das diferenças e das diferentes formas de mobilização.

O que se verifica na análise da maioria dos estudos existentes é que a emergência das reivindicações está indiscutivelmente associada à agudização de carências urbanas e de exclusão, como é o caso dos movimentos de saúde, por creches, movimentos de transporte, movimentos de habitação e luta pela terra, movimentos por água, entre tantos. A agudização momentânea da

carência ou a latência da situação de exclusão, que tem como reflexo uma fragilização sistemática das condições de vida num determinado momento, e para determinados atores sociais, não ocorrendo uma relação linear sistemática da carência e a emergência das demandas (Nunes, 1986). A passagem do reconhecimento da carência para a formulação da reivindicação é mediada pela afirmação de um direito que é construído de forma heterogênea pelos diferentes movimentos e através do envolvimento de diferentes agentes externos no complexo processo do qual resultam muitas ações coletivas.²⁰

Uma das questões que tem despertado mais polêmica se refere ao papel do Estado na sua relação com os movimentos sociais.

Poucos têm sido os trabalhos que se concentram na análise do funcionamento e das respostas do Estado, sendo que na sua maioria a atenção dos cientistas sociais permaneceu numa interpretação em torno do sentimento oposicionista dos movimentos sociais, obscurecendo as mudanças qualitativas ocorridas no interior das burocracias públicas e seus reflexos no processo de interação com as crescentes demandas sociais.²¹

Verifica-se que, embora nem sempre identificado como alvo direto da mobilização coletiva, o Estado tem frequentemente funcionado como propulsor dos movimentos sociais, principalmente em decorrência da sua inoperância ou omissão na área de fornecimento de serviços coletivos (Jacobi e Nunes, 1981). Assim, "a existência de planos públicos com fins sociais faz com que os Estados contemporâneos, por mais antipopulares que possam ser (e frequentemente são) implementem políticas sociais globais que criam expectativas de demanda". (Cardoso, 1983:229). Por outro lado, também pode funcionar como fator de retração dos movimentos. Entretanto, não pode ser desconsiderado o fator negociação na relação entre movimentos e Estado (Boschi e Valladares, 1983). Portanto, vemos que "(...) apesar do funcionamento tradicionalmente autoritário do Estado brasileiro, a implementação das políticas sociais, atualmente, obriga a algum tipo de inter-relação com a população."

Em contraposição às interpretações que vêem o movimento em constante tensão face a sua institucionalização, diversos pesquisadores passam a perceber as mudanças

na relação entre os movimentos e o aparelho de Estado, onde os dois pólos se transformam no processo, definida pela concomitância entre as demandas populares e a priorização de certas políticas sociais em contextos específicos.²²

Outra questão que se destaca nos estudos sobre movimentos sociais urbanos está relacionada com a pertinência dos argumentos em torno da democratização do Estado face à pressão exercida pelos movimentos sociais.

Nesse sentido, colocam-se em questão dois aspectos: o impacto institucional dos movimentos e a democratização das relações sociais. Diversos estudos destacam o fato dos movimentos estarem desafiando as práticas políticas tradicionais, propondo novas alternativas (Evers, 1984; Scherer-Warren, 1987). Se, de fato, isto ocorre, principalmente a partir do momento em que os movimentos sociais urbanos chamam a atenção para temas tais como a participação popular, as demandas sociais e a identidade popular, o seu impacto institucional e o seu potencial transformador dependem "(...) não (...) apenas [de] um reconhecimento de sua legitimidade (...), mas de uma avaliação dessa legitimidade, que é medida por sua capacidade de respeitar e promover os direitos que a população está se atribuindo". (Durham, 1984:29).

Uma análise dos diferentes movimentos estudados por pesquisadores brasileiros não evidencia o papel democratizador da mobilização e participação popular, colocando em xeque o autoritarismo do Estado, mas mostra um Estado cada vez mais apto a absorver a maioria das demandas populares. (Jacobi e Nunes, 1983; Boschi, 1983).

Neste sentido, destacamos três aspectos que consideramos cruciais para tratar da questão, a saber: a relação entre os movimentos e a estrutura partidária, o papel dos agentes externos e a formação de identidades culturais e políticas. Isto corresponde, em parte, a responder à indagação quanto a orientação política dos movimentos sociais urbanos.

Os movimentos, na sua grande maioria, se declaram apartidários, configurando uma ambigüidade em torno da sua orientação política. De fato, poucos movimentos podem ser considerados como tendo conexões partidárias definidas, tornando manifestas as dificuldades e limites da sua articulação com partidos políticos.

Poucas análises se referem ao seu enquadramento institucional, sendo que na maioria dos trabalhos transparece uma noção de que o movimento associativo urbano dos anos 70 e 80 se constitui não só como um movimento de oposição ao regime, mas como um espaço institucional alternativo tanto de acesso ao Estado quanto de construção de um ideário de princípios democráticos (Jacobi e Nunes 1982; Moisés, 1982; Gohn, 1985; Doimo, 1984; Singer e Brandt, 1980; Barreira, 1985; Silva Telles, 1986; Krischke e Vasconcellos, 1984).

Os trabalhos de Boschi e Cardoso apresentam uma ruptura com o paradigma (Boschi, 1983, 1984; Cardoso, 1983, 1984, 1987), sendo que seus argumentos rompem com as concepções polarizadas, a partir da interpretação de diversos trabalhos desenvolvidos por autores brasileiros, numa preocupação em chamar a atenção para a relevância de se perceber o processo de negociação com o Estado que estava se ampliando (Jacobi e Nunes, 1983).

A emergência de inúmeros movimentos sociais no Brasil está particularmente vinculada à ação que a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base, as diferentes forças da esquerda e os partidos políticos têm desenvolvido nos últimos anos (Doimo, 1986; Vink, 1985; Krischke, 1986).

Neste sentido, se analisarmos o contexto das transformações ocorridas no plano das lutas populares nas duas últimas décadas, podemos verificar a ênfase na constituição de um coletivo social a partir do crescimento da consciência crítica entre os setores populares, em torno das características das práticas tradicionais e da sua influência na própria ação dos partidos políticos.

A partir de 1982, a perspectiva apartidária dos movimentos sociais começa a se dissipar, crescendo o número de lideranças populares que vêem nos partidos políticos (com todas as suas deficiências) um espaço para ampliar a sua participação, assim como para obter uma resposta maior de parte do Estado. Assim, apesar do fato da maioria dos participantes dos movimentos não darem maior importância aos partidos políticos, diversos movimentos influenciam, mesmo que numa escala reduzida, as práticas dos partidos, principalmente do Partido dos Trabalhadores — PT. Com uma concepção de cultura política muito pró-

xima à de diversos movimentos sociais, este partido tem em São Paulo sua base mais forte, contando com a sustentação de militantes vinculados particularmente às CEBs (Mainwaring e Viola, 1984). Por outro lado, a relação entre movimento associativo e o processo de abertura política, com a ascensão da oposição ao poder em diversos estados, tem representado uma desmobilização de muitos movimentos, provavelmente em virtude de uma superposição de interesses ou, mais especificamente, um fortalecimento da posição institucional e a emergência de manifestações coletivas de caráter mais tópic, sob o signo da ação direta (Jacobi e Nunes, 1983).

Os movimentos passam a enfrentar dilemas durante o processo de liberalização política, na medida em que se define uma linha divisória em torno da ação e do apoio dos movimentos face aos partidos. Com a reemergência da atividade político-partidária, os movimentos enfrentam a questão da autonomia em relação aos partidos. Se a opção se dá por uma autonomia maior, emerge a questão da eficiência política; se se decide pela participação ativa num determinado partido, surge o risco destes movimentos serem cooptados ou esvaziados. Isto, segundo Mainwaring e Viola, dá origem a uma situação paradoxal onde os movimentos configuram valores democráticos, porém emergem num contexto autoritário que continua a definir a sua relação com a política (Mainwaring e Viola, 1984).

Ao ampliar sua visibilidade, os movimentos sociais urbanos colocam em jogo a questão da cidadania e dos direitos sociais.²² A transformação de necessidades e carências em direitos, que se opera dentro dos movimentos sociais, pode ser vista como um amplo processo de revisão e redefinição do espaço da cidadania (Durham, 1984; Nunes, 1986).

Diversos autores argumentam que, provavelmente um dos aspectos mais relevantes dos movimentos populares urbanos tem sido o de cristalizar o significado da cidadania, não somente em termos das conquistas materiais mas, principalmente, na constituição de uma identidade que gradualmente vai quebrando a consciência fragmentária que lhes é imposta, não só pelo regime político autoritário dominante, mas pela situação de subalternidade de seus agentes (Evers, 1984; Mainwaring e Viola, 1987; Telles, 1987; Krischke, 1987).

Conclusões

Observa-se, portanto, que existe uma uniformidade do contexto analítico, no qual são desenvolvidos os estudos sobre movimentos sociais, tendo como tema central a demanda por direitos sociais, a construção de um sistema de igualdade e a consolidação de uma cidadania popular. As análises pautadas por uma perspectiva enfatizando uma dinâmica, a nosso ver, excessivamente versada sobre a polarização das relações Estado/Movimentos Sociais, dá origem a formulações que falam na "emergência de contra-criações populares" (Evers, 1984). Se bem não desconsideramos em absoluto o significado que estas análises têm, do ponto de vista da construção de uma compreensão distinta da baseada no seu impacto sócio-cultural (Scherer-Warren, 1984), acreditamos que estes autores tendem a superestimar a ruptura que estes movimentos possam ter gerado, principalmente influenciados por aqueles que analisam a emergência de novos movimentos nos países capitalistas avançados.

Entretanto, observamos que estas análises polarizadas e antinômicas, que refletem de fato uma incapacidade de captar as transformações do Estado, definindo-o apenas como "inimigo autoritário ou a mira contra a qual se move a sociedade civil", vem cedendo crescente espaço às análises centradas em torno do aspecto político-institucional dos movimentos. Observa-se, portanto, uma mudança de rumo no paradigma dominante na produção teórica que "privilegiava a rebeldia das massas contra o autoritarismo" (que é real) (Cardoso, 1983:220). Verifica-se também que, apesar da sua retórica anti-estatal, a maioria dos movimentos demanda algum tipo de intervenção do Estado na solução dos seus problemas, apesar destes atores dialogarem direta e asperamente com os órgãos públicos (Jacobi e Nunes, 1983; Gohn, 1985; Gustin, 1984; Santos, 1981).

Nos últimos anos diversos trabalhos têm analisado o caráter da relação entre práticas sociais e a crise. O Brasil da década de 80 e, mais especificamente, as grandes metrópoles têm sofrido intensamente os efeitos da recessão e do desemprego, gerando uma completa rede de relações e demandas sociais.

Os setores mais atingidos pela pauperização e pelo desemprego se manifestam contra o cotidiano opressivo e miserável no qual são atirados pela política recessiva, explicitando suas ações através de

estratégias diversificadas de ação direta como é o caso dos quebra-quebras de trens e ônibus, invasões coletivas de terras, saques em estabelecimentos comerciais e supermercados, fenômenos que são analisados em diversos estudos (Jacobi, 1982; Valladares, 1983; Barreira, 1983; Jacobi e Nunes, 1984; Jacobi, 1982; Sader, 1983; Jacobi e Nunes, 1983; Nunes, 1982; Silva, 1983). Em todos os trabalhos os autores enfatizam que a emergência destas manifestações ocorre em virtude do acirramento da crise econômica e do desemprego e do enfraquecimento ou da ausência de canais institucionais pelos quais as classes populares expressam suas aspirações.

Deve destacar-se que a temática da explosão social e das ações urbanas espontâneas têm sido objeto de diversos estudos fora dos períodos de crise. Referimo-nos mais precisamente às análises sobre quebra-quebras de trens (Moisés e Martinez-Allier, 1982; Nunes, 1982). Nestes trabalhos os autores analisam a dinâmica das revoltas das massas urbanas face à deterioração dos serviços públicos e enfatizam o antagonismo entre as massas e o Estado.

À guisa de conclusão pode-se afirmar que a produção brasileira em torno da questão dos movimentos sociais urbanos, nas suas diversas abordagens configuram um significativo acervo de experiências e interpretações.

As interpretações que enfatizam o virtuosismo e o inequívoco potencial transformador dos movimentos sociais num todo homogêneo vem cedendo lugar às abordagens que não desqualificam os aspectos relativos à constituição de novos atores e chamam a atenção para as transformações decorrentes da reordenação institucional nos processos de redemocratização. As abordagens mais recentes ao questionar o paradigma centrado na polarização, destacam a diversidade dos movimentos, o papel dos apoios externos e os diferentes modos de atuar, trazendo à tona os limites e potencialidades face a conjunturas políticas específicas enfrentando a tensão entre a inovação e a institucionalização.

Ficam, portanto, explícitas as diversidades, configurando que, se por um lado, os movimentos redescobrem novas formas de ação e participação, o Estado também amplia seu espaço e modifica sua dinâmica de interação, temas que estão permanentemente explicitados na produção em torno dos movimentos sociais urbanos no Brasil.

(Recebido para publicação em julho de 1987).

Notas

1. Destacam-se os seguintes trabalhos: L. Kowarick, *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; Francisco Oliveira, "Crítica à Razão Dualista", *Estudos Cebrap*, 2. 1972; Paul Singer, *Economia Política da Urbanização*, São Paulo, Brasiliense, 1973.
2. Castells elabora uma revisão crítica da sociologia urbana, virando pelo avesso uma disciplina que se havia empenhado na busca de associações entre comportamento social e meio ambiente, e que orientava explícita e implicitamente, para os mecanismos de integração social frente a crescente ameaça que apresentavam as tensões sociais próprias do meio urbano. Machado e Ziccardi (1979:8).
3. Dentre os trabalhos os mais representativos cita-se: J. Borja, *Movimientos Sociales Urbanos*, Buenos Aires, Ed. SIAP, 1975; M. Castells, *Movimientos Sociales Urbanos*, Madrid, Ed. Siglo XXI, 1974; *Cidade, Democracia e Socialismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; M. Castells, e outros, *Crise du Logement et Mouvements Sociaux Urbains*, Paris, Ed. Mouton, 1978; J. Lojkine, *Le marxisme, l'Etat et la Question Urbaine*, Paris, Presses Universitaires de France, 1977; C. G. Pickvange, "On the study of urban social movements", *Papers de la Revista de Sociologia*, n. 3, Madrid, Barral Editora, 1974.
4. "Assim, pois, os meios de consumo coletivos, elementos básicos da estrutura urbana, são cada vez mais uma exigência imperiosa da acumulação do capital, do processo de produção, do processo de consumo e das reivindicações sociais na medida em que se desenvolve o capitalismo monopolista. Mas, ao mesmo tempo, aquilo que é exigido pelo sistema em conjunto, mal pode ser atendido por algum capital privado. E é essa contradição estrutural que provoca a crise urbana: os serviços coletivos requeridos pelo modo de vida suscitado pelo desenvolvimento capitalista não são suficientemente rentáveis para ser produzidos pelo capital, com vistas a obtenção de lucro" (Castells, 1980:22-23).
5. Vide os seguintes trabalhos de Manuel Castells: *Crisis Urbana y Cambio Social*, Madrid, Siglo XXI Editores, 1981; *Cidade, Democracia e Socialismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; *The City & The Grassroots*, Berkeley, California University Press, 1983.
6. Cardoso afirma: "É preciso não esquecer, entretanto, que estes autores que colocavam em evidência as chamadas 'novas contradições urbanas' tinham como pano de fundo as manifestações que sacudiram as sociedades durante a década dos 60. Os negros, as mulheres, os estudantes em maio de 68 e as comunidades 'hippies' ou os objetores de consciência eram setores que se autodefiniam como marginais à sociedade industrial e propunham um novo modo de vida". (Cardoso, 1983:216-217).
7. J. A. Moisés, *Movimentos Sociais Urbanos: o caso de São Paulo*, III Encontro da ANPOCS, Belo Horizonte, 1979; *Classes Populares e Protesto Urbano*, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1978.
8. Para uma revisão dos trabalhos nas diferentes óticas, ver: Boschi (1983), Jacobi e Nunes (1983), Machado da Silva e Ribeiro (1985).
9. No Nordeste destacam-se os trabalhos de Irllys Barreira, Elimar Nascimento, Silvio Maranhão, Maria do Céu César. Na Região Sul, Ilse Scherer-Warren, Paulo Krischke, Rosemary Ferreti, Maria Thereza Ribeiro, Eduardo Viola. Em Minas Gerais, Marisa Afonso, Mercês Somarriba e no Espírito Santo, Ana Doimo.
10. Dentre estes, destaca-se o trabalho de Boschi e Valladares (1983), que permite transcender a explicação singular de cada experiência, e o texto de Valladares (1982) sobre as lutas pela terra no Brasil.
11. Para uma reflexão em torno desta questão ver: Machado da Silva e Ziccardi (1980); Boschi, R. (1983); Machado da Silva e Ribeiro, (1985); Magalhães, P. (1983); Cardoso, R. (1983).

12. "A primeira pergunta que nos surge liga-se à variedade de reivindicações possíveis e que apresentem as diferentes formações sociais capitalistas em suas mais variadas formas. Tais reivindicações não respondem apenas às leis gerais de acumulação de capital, mas também a formas de distribuição da riqueza, as peculiaridades dos processos histórico-sociais, e até ao reconhecimento social que adquire uma determinada reivindicação no interior de um dado contexto em um momento da sua história. Em outras palavras, existe na realidade um problema de distâncias históricas que nos leva a duvidar, em primeiro lugar da validade de pensar na possibilidade de agrupar experiências, sem qualificações cuidadosas, em função de um único critério: reivindicação de bens de consumo coletivo". (Machado da Silva e Ziccardi, 1979:9).

13. Kowarick afirma com relação ao tema da crise urbana: "(...) é preciso dizer que não se trata apenas de problemas urbanos antigos que se agravaram com o crescimento das cidades. O caráter das contradições da atualidade das metrópoles brasileiras, por outro lado, não decorre tão somente dos imperativos da economia monopólica que exigem do Estado — como já apontado — vultuosos recursos para se expandir de forma crescentemente ampliada — 'os efeitos úteis de aglomeração' — o que se dá em prejuízo das necessidades de consumo coletivo das populações trabalhadoras". (1983:12). Mais adiante, Kowarick afirma não ser "possível deduzir as lutas sociais das determinações macro-estruturais, posto que não há ligação linear entre precariedade das condições de existência e os embates levados adiante pelos contingentes por ela afetados". (1983:13).

14. "São movimentos 'interclassistas', isto é, cujos objetivos dizem respeito e mobilizam o conjunto da população, embora os operários sejam os mais afetados. Encontram-se neles operários, empregadas, técnicos, profissionais, funcionários, pequenos e médios comerciantes e industriais. Representativos de amplos setores da população, são a escola de luta, de organização e de consciência de grupos sociais tradicionalmente afastados da esquerda e que, hoje em dia, em grande parte, através desses 'movimentos' descobrem o horizonte político das reivindicações referentes às condições gerais da vida." (Castells, 1980:32-33).

15. Castells, ao se referir à experiência madrilenha, mostra as dificuldades inerentes à consecução de uma prática interclassista como resultado de características e interesses muito específicos dos bairros de classe média. Assim, "o interclassismo das associações de vizinhos madrilenhos sob o franquismo foi bastante limitado, e, evidentemente, muito inferior, por exemplo, ao do movimento de vizinhos de Barcelona. Isso se deve, por um lado, a ausência quase total de tradições democráticas na burguesia madrilenha e a existência de uma série de camadas burocráticas diretamente interessadas em sua privilegiada inserção dentro dos mecanismos de um Estado autoritário e centralista; por outro lado, o obreirismo de alguns setores dirigentes do movimento cidadão madrilenho, que, como veremos, menosprezam a capacidade de mobilização de bairros de classe média a partir de seus interesses específicos". (Castells, 1980:154).

16. Boschi e Valladares, 1983 e Jacobi, 1980.

17. Ver entre outros: Jacobi e Nunes, 1981; Gohn, 1985; Doimo, 1984; Scherer-Warren, 1984; Telles, 1987; Krischke, 1984; Mainwaring e Viola, 1987.

18. "Os novos movimentos sociais estão orientados para aspectos efetivos, relações expressivas, orientação de grupo e organização horizontal. Os velhos movimentos sociais estão orientados para obter objetivos materiais, relações instrumentais; uma orientação contra o Estado e uma organização vertical". (Mainwaring e Viola, 1984:19-20).

19. Dentre os trabalhos destaca-se: Krischke e Vasconcellos, 1984; Telles, 1986; Jacobi, 1985; Telles, 1984; Jacobi e Nunes, 1982; Durham, 1984; Vink, 1985.

20. Sobre o papel dos agentes externos ver: Scherer-Warren, 1986; Jacobi, 1985; Mainwaring e Viola, 1987; Doimo, Poxsey e Beling Neto, 1986; Santos, 1981.

21. Segundo Boschi "(...) as análises deixam a impressão de se estar diante de uma sociedade altamente mobilizada em suas bases urbanas" (1983:6). Poucos estudos tratam da questão dos movimentos em seu aspecto político institucional, e quanto à consecução da cidadania. Se vão muito longe, a maioria dos trabalhos consegue, no máximo.

identificar diferenças nas manifestações coletivas de acordo com as bases sociais dos movimentos ou sem função do seu grau de organização. Assim, a questão central do relacionamento dos movimentos com o Estado, é apresentada mecânica ou superficialmente.

22. No caso de São Paulo pode-se citar o caso das políticas de saúde e saneamento no período de 1957-1982, a política de expansão da rede de creches entre 1979 e 1982 e os programas de legalização de loteamentos entre 1976 e 1981. "A cidadania é o fundamento mais congruente do Estado, tal como aparece na superfície da sociedade capitalista. O é por ser a modalidade mais abstrata de mediação entre o Estado e a sociedade. Mas, por isso mesmo, a cidadania não pode ser referencial do Estado. O que fazem e deixam de fazer as instituições estatais deve referir-se a algum interesse geral (que tem seu substrato real em ser o Estado um interessante mais geral que o dos sujeitos aos quais contribui a vincular como aspecto de sua relação). Este interesse não pode ser imputado à entidade abstrata do cidadão — com a exceção limite de continuar a sê-lo. Em outras palavras, se a condição totalmente desencarnada da cidadania é o que lhe permite ser o fundamento igualitário do Estado é também, por outro lado, o que impede imputar-lhe um interesse geral, ao nível concreto do que fazem ou deixam de fazer as instituições estatais". (O'Donnel, 1981:75).

23. As análises se concentram nas manifestações contra a destrutibilidade social do capitalismo, que contém uma denúncia da crise dos valores industriais e das novas formas de dominação tecnológica, provocando a emergência de contra-criações da sociedade (Sader, 1983).

Bibliografia

- Affonso, Mariza; Somarriba, Maria e Valadares, Maria. G.
1984. *Lutas Urbanas em Belo Horizonte*, Petrópolis, Vozes.
- Barreira, Irllys A. Firmo.
1982. Movimentos Urbanos e Contexto Sócio-Político em Fortaleza. *Espaço & Debates*, ano 2, n. 6, jun/set.
1983. *Os Movimentos dos Desempregados nas Ruas: Uma Prática Fora do Tempo e Lugar?* VII Encontro ANPOCS, Aguas de S. Pedro.
1984. *Igreja e Partidos Políticos nos Movimentos Sociais Urbanos*, VIII Encontro ANPOCS, Aguas de S. Pedro.
- Blay, Eva Alterman.
1980. *Mulheres e Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Anistia, Custo de Vida e Creches*. IV Encontro ANPOCS, Rio de Janeiro.
- Boschi, Renato.
1982. "Associativismo Urbano e Democratização: algumas Reflexões Teóricas". *Revista de Ciências Sociais*, vol. 12/13, ns. 1/2.
1983. *Movimentos Sociais e Institucionalização de uma Ordem*. Nova Friburgo, julho.
1984. "On social Movements and Democratization: theoretical Issues". *Stanford/Berkeley Occasional Papers in Latin American Studies*, n.º 9, Stanford Berkeley Joint Center for Latin American Studies, Stanford, Spring.
- Boschi, Renato e Valladares, Licia.
1983. "Movimentos de Camadas Populares Urbanas: Análise Comparativa de Seis Casos". *Debates Urbanos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, vol. 5.
1983. "Problemas Teóricos na Análise de Movimentos Sociais; Comunidade, Ação Coletiva e o Papel do Estado". *Espaço & Debates*, São Paulo, Cortez Editora, ano 3, n.º 8, jan./abr.

- Brant, Vinicius Caldeira.
1980. "Da Resistência aos Movimentos Sociais". In Singer, P. & Brant, V. C. (orgs.), *São Paulo: o Povo em Movimento*, Petrópolis, Vozes.
- Camargo, C. P. F. *et alli*.
1980. "Comunidades Eclesiais de Base". In Singer, P. & Brant, V. C. (orgs.), *São Paulo: O Povo em Movimento*, Petrópolis, Vozes.
- Cardoso, Ruth.
1983. "Movimentos Sociais Urbanos: um Balanço Crítico". In Almeida, M. H. & Sorj, B. (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense.
1985. "Formas de Participação Popular no Brasil Contemporâneo". *Revista da Fundação SEADE*, vol. 1, n.º 3, set./dez.
1987. "Movimentos Sociais na América Latina". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n.º 3.
- Cezar, Maria do Céu.
1985. "As Organizações Populares do Recife: Trajetória e Articulação Política (1955/1964)". In Vários. *Rural Urbano, Movimentos Sociais: Para Além de uma Dicotomia Rural Urbana*, Recife, Líder.
- Diniz, Eli.
1983. "Favela: Associativismo e Participação Social". In Boschi, R. R. (org.), *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano. Debates Urbanos*. n.º 5, Rio de Janeiro, Zahar.
- Doimo, Ana Maria.
1984. *Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular: Movimento de Transporte Coletivo de Vila Velha, Espírito Santo*. Petrópolis, Vozes.
1986. "Os Rumos dos Movimentos Sociais nos Caminhos da Religiosidade". In Krischke, P. & Mainwaring, S. (orgs.), *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre, L & PM/Cedec.
- Durham, Eunice Ribeiro.
1984. "A Construção da Cidadania". *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 10.
- Evers, Tilman.
1984. "Identidade, a Face Oculta dos Novos Movimentos Sociais". *Novos Estudos Cebrap*. vol. 2, n.º 4.
- Ferreira dos Santos, Carlos Nelson.
1981. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
1981. "Três Movimentos Sociais no Rio de Janeiro". *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, ISER.
- Ferretti, Rosemary B.
1984. "Uma Casa nas Costas: Análise do Movimento Social Urbano em Porto Alegre, 1975-1982", Tese de Mestrado, UFRGS.
- Gohn, Maria da Glória.
1980. "A Questão dos Movimentos Sociais Urbanos". *Cadernos CERU*, n.º 13.
1985. *A Força da Periferia: Luta das Mulheres por Creches em São Paulo*. Petrópolis, Vozes.
- Jacobi, Pedro.
1980. "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil". *BIB*, n.º 9.
1982. "Exclusão Urbana e Lutas pelo Direito à Moradia". *Espaço & Debates*, ano 2, n.º 7, out./dez.
1982. "Os Pobres da Cidade e a Luta pela Terra — o Contexto de Três Metrópoles Brasileiras". VI Encontro ANPOCS, Friburgo.
1983. "Movimentos Populares Urbanos e Resposta do Estado: Autonomia e Controle vs. Cooptação e Clientelismo". *Debates Urbanos* n.º 5, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

1985. "Políticas Públicas de Saneamento Básico e Saúde e Reivindicações Sociais no Município de São Paulo, 1974-1984", Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo.
- Jacobi, Pedro e Nunes, Edison.
1981. "Movimentos por Melhores Condições de Saúde: Zona Leste de São Paulo — a Secretaria de Saúde e o Povo." V Encontro ANPOCS, Friburgo.
1982. "Movimentos Populares Urbanos, Poder Local e Conquista de Democracia". In Vários Autores, *Cidade, Povo e Poder*, n.º 5. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra.
1983. "Movimentos Sociais Urbanos na Década de 80: Mudanças na Teoria e na Prática". *Espaço & Debates*, ano 3, n.º 10.
1984. "Crise, Desemprego e Protesto Social na Cidade de São Paulo". *Anais do IV Congresso Brasileiro de Geógrafos*, vol. 1, Livro 2.
- Kowarick, Lúcio.
1980. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1983. "Lutas Urbanas e Movimentos Populares, Alguns Pontos para Reflexão". *Espaço & Debates*, n.º 8.
1984. "Os Caminhos do Encontro: as Lutas Sociais em São Paulo na Década de 70". *Presença*, n.º 2.
1987. "Movimentos Urbanos no Brasil Contemporâneo: Uma Análise da Literatura". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n.º 3.
- Krischke, Paulo J.
1984. "Os Loteamentos Clandestinos e os Dilemas e Alternativas Democráticas dos Movimentos de Bairro". In Krischke, P. J. (org.), *Terra de Habitação Terra de Espoliação*. São Paulo, Cortez.
1986. "As CEBs na 'Abertura': Mediações entre a Reforma da Igreja e as Transformações da Sociedade". In Krischke, P. J. & Mainwaring, S., *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*, Porto Alegre, L & PM/CEDEC.
1987. "Movimentos Sociais e Transição Política: Contribuições da Democracia de Base". In Krischke, P & Scherer Warren, Ilse (org.), *Uma Revolução no Cotidiano?* São Paulo, Brasiliense.
- Machado da Silva, Luiz A.
1983. "Associações de Moradores: Mapeamento Preliminar do Debate". VII Encontro ANPOCS, Águas de S. Pedro.
1985. "A Respeito de Movimentos Sociais: Rápida Incursão sobre Problemas Teóricos na Produção Brasileira". *Movimentos Sociais: para Além da Dicotomia Rural-Urbano*, Recife, CEPJC.
1986. *Para Repensar o Paradigma dos Movimentos Sociais Urbanos*, X Encontro da ANPOCS, Campos do Jordão.
- Machado da Silva, L. A. & Zicardi, Alicia.
1980. "Notas para uma Discussão sobre Movimentos Sociais Urbanos". *Cadernos CERU*, n.º 13, set.
- Machado da Silva, L. A. & Ribeiro, Ana Clara T.
1980. "Paradigma e Movimento Social: Por Onde Vão Nossas Idéias". *Ciências Sociais Hoje*.
- Magalhães, Paulo.
1983. *Movimentos Sociais Urbanos. Um Balanço Crítico da Literatura*, IUPERJ, mimeo.
- Mainwaring, Scott.
1986. "A Igreja e o Movimento Popular: Nova Iguaçu, 1974-1985". In Krischke, P. & Mainwaring, S. (org.), *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre, L & PM/CEDEC.
- Mainwaring, Scott & Viola, Eduardo.
1987. "Novos Movimentos Sociais: Cultura Política e Democracia: Brasil e Argentina". In *Uma Revolução no Cotidiano?*, São Paulo, Brasiliense.

- Maranhão, Silvio.
1980. "Os Movimentos Sociais Urbanos Recentes: o Caso de Pernambuco". *Cadernos CERU*, n.º 13.
- Moisés, José Alvaro.
1978. "Movimentos de Mobilização Popular na Grande São Paulo". *Contraponto*, n.º 3.
1979. "Estado, as Contradições Urbanas e os Movimentos Sociais". *Revista de Cultura e Política*.
1982. "Protesto Urbano e Política: o Quebra-Quebra de 1947". In Vários autores, *Cidade; Povo e Poder*, n.º 5. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra.
- Moisés, José Alvaro & Martinez-Allier, Verena.
1977. "A Revolta dos Suburbanos ou Patrão, o Trem Atrasou". *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*, n.º 1, Rio de Janeiro, Cedec/Paz e Terra.
- Nascimento, Elimar P.
1985. "Movimentos Sociais Urbanos no Nordeste: Menos que um Balanço Crítico, Mais que uma Resenha". In Vários Autores, *Movimentos Sociais: Para Além da Dicotomia Rural Urbana*. Recife, Líder.
- Nunes, Edison.
1982. "Inventário de Quebra-Quebras nos Trens e Ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro, 1977-1981". In Vários Autores, *Cidade, Povo e Poder*, n.º 5, Rio de Janeiro, Cedec/Paz e Terra.
1986. "Carências Urbanas e Reivindicações Populares — Notas". *Ciências Sociais*.
- Oliveira, Sonia M. C. de
1983. "A AMME — Associação de Moradores do Méier — um Novo Padrão de Relação Comunidade/Estado". VII Encontro ANPOCS, Águas de S. Pedro.
- Oliveira, Sonia.
1984. "O Movimento Associativo e o Debate Sobre a Representação de Interesses: Principais Interpretações". VIII Encontro ANPOCS, Águas de S. Pedro.
- Pechman, Sergio.
1981. "Algumas Reflexões sobre as Associações de Moradores de Classe Média e Alta no Rio de Janeiro e sua História". V Encontro ANPOCS, Friburgo.
- Ribeiro, Ana Clara T.
1981. "Movimentos Sociais Urbanos — Registros Brasileiros". V Encontro ANPOCS, Friburgo.
- Ribeiro, Maria T.
1985. *Movimentos Sociais Urbanos em Porto Alegre*. Tese de Mestrado, UFRGS, Porto Alegre.
- Sader, Eder.
1983. "O Protesto sem Juízo: os Saques de Abril". *Desvios*, n.º 2.
- Santos, Carlos N.
1981. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Zahar.
- Scherer-Warren, Ilse.
1986. "Os Novos Movimentos Sociais, a Construção da Democracia e o Papel dos Mediadores". X Encontro da ANPOCS, Campos do Jordão.
1987. "O Caráter dos Novos Movimentos Sociais". In *Uma Revolução no Cotidiano?*, São Paulo, Brasiliense.
- Silva, Ana Amélia.
1983. "Quebra-quebras de Trens de Subúrbio: Dimensão Política da Opressão". *Espaço & Debates*, ano 3, n.º 10.

Telles, Vera.

1986. "Anos 70: Experiências e Práticas Cotidianas". In Krischke, P. & Mainwaring, S. (orgs.), *A Igreja nas Bases em Tempo de Transição (1974-1985)*. Porto Alegre, L & PM/Cedec.

1987. "Movimentos Sociais: Reflexão sobre a Experiência dos Anos 70". In *Uma Revolução no Cotidiano?*, São Paulo, Brasiliense.

Valladares, Licia do P.

1976. "Favela, Política e Conjunto Residencial". *Dados*, n.º 12.

1982. "A Luta pela Terra no Brasil Urbano: Reflexões em Torno de Alguns Casos". VI Encontro ANPOCS, Friburgo.

Vink, Nico.

1985. "Base Communities and Urban Social Movements. A Case Study of the Metalworkers' Strike 1980, São Bernardo, Brazil". In Slater, D. (ed.), *New Social Movements and the State in Latin America*. CEDLA 29, the Netherlands, Foris Publications Holland.

Viola, Eduardo.

1987. "O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do Ambientalismo à Ecológica". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 1, n.º 3.